
A IDEIA DE ORGANIZAÇÃO CULTURAL NO DISCURSO DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Marina Coelho¹

Eloise Helena Livramento Dellagnelo²

Monique Nascimento³

RESUMO

Objetivou-se, neste estudo, evidenciar a representação de organização cultural no discurso da Política Nacional de Cultura Viva, utilizando como teoria e método a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2001, 2003). Constituíram o corpus da análise: a Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva e a Instrução Normativa que a regulamenta, além de discursos proferidos pelos dirigentes responsáveis pela Política à época de sua instituição e regulamentação. Não obstante à luta discursiva iniciada no contexto de concepção do então Programa, em 2004, a partir da análise do corpus selecionado concluiu-se que, o reconhecimento de grupos populares como fazedores de cultura e a valorização da diversidade e identidade da cultura que produzem, não encontra, transcorridos mais de 10 anos, correspondência no reconhecimento das práticas e na valorização das diferentes formas e identidades organizacionais de seus fazedores.

Palavras-Chave: Organizações culturais; Análise Crítica do Discurso; Política Nacional de Cultura Viva; Agentes Culturais; Organizações contra hegemônicas.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC).

² Professora no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC).

³ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFSC).

LA IDEA DE ORGANIZACIÓN CULTURAL EN EL DISCURSO DE LA “POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA”: UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL DISCURSO

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue resaltar la representación de la organización cultural en el discurso de la “Política Nacional Cultura Viva”, utilizando el Análisis Crítico del Discurso de Norman Fairclough (2001, 2003) como teoría y método. El corpus del análisis lo constituyó: la Ley que instituye la Política Nacional de Cultura Viva y la Instrucción Normativa que la regula, además de los discursos pronunciados por los líderes responsables de la Política en el momento de su institución y regulación. A pesar de la lucha discursiva iniciada en el contexto de concepción del entonces Programa, en 2004, a partir del análisis del corpus seleccionado, se concluyó que el reconocimiento de los grupos populares como hacedores de cultura y la valoración de la diversidad e identidad de la cultura que producen, no encuentra, después de más de 10 años, correspondencia en el reconocimiento de las prácticas y en la valorización de las diferentes formas organizativas e identidades de sus hacedores.

Palabras clave: Organizaciones culturales; Análisis Crítico del Discurso; Política Nacional Cultura de Viva; Agentes culturales; Organizaciones antihegemónicas.

THE IDEA OF CULTURAL ORGANIZATION ON THE DISCOURSE OF “POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA”: AN ANALYSIS OF CRITICAL DISCOURSE

ABSTRACT

The objective of this study was to highlight the representation of cultural organization in the “Política Nacional de Cultura Viva” (National Policy of Living Culture), using as theory and method the Critical Discourse Analysis by Norman Fairclough (2001, 2003). The law that instituted this policy, the “Instrução Normativa” (Normative Instruction) that regulates it and speeches made by the leaders responsible for the policies at the time of their institution and regulation, constituted the corpus of analysis. Despite the discursive struggle that started since the context of the conception of the program, in 2004, we concluded that the recognition of popular groups as producers of culture and the valorization of diversity and identity of the culture they produce, do not correspond, after more than 10 years, to the recognition of practices and the valuing of the different organizational forms and identities of their doers.

Keywords: Cultural organizations. Critical Discourse Analysis. National Policy of Living Culture. Culture agents. Counter Hegemonic Organizations.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente as organizações culturais populares estiveram ausentes não apenas das políticas públicas nacionais (RUBIM, 2015), mas da lente dos estudos organizacionais. Esta “invisibilidade” é fruto, segundo Santos (2002, 2005), da desqualificação destas entidades sob a ótica mercadológica de um discurso hegemônico com critérios restritos de validação, que negligenciam, rejeitam ou convertem os saberes derivados de outras práticas sociais, racionalidades e culturas.

Durante muito tempo, o Estado brasileiro endossou historicamente o descarte destas organizações cedendo a “serventia” da cultura ao mercado por intermédio das leis de incentivo (CARVALHO; ANDRADE, 2006). De modo um pouco mais recente, o mecenato, instituído como instrumento principal da política cultural brasileira, restringiu e moldou, por critérios de rentabilidade, o campo cultural à sua imagem e semelhança (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Dependentes do financiamento privado, instituições culturais foram reconvertidas em empresas ou permaneceram à margem do sistema: a cultura foi transformada em produto (TURINO, 2010) e aos cidadãos foi dado o direito restrito ao consumo passivo (FERREIRA, 2008).

Este modelo político cultural elitista e centralizador (LACERDA, 2010; RUBIM, 2015) sofre, então, a partir de 2002, um esforço de transição: de um conceito sociológico (fechado) para uma noção abrangente (antropológica) de cultura; de uma política baseada na democratização (do acesso popular à Cultura de elite) para a orientação à democracia e cidadania cultural; de um público espectador para um povo reconhecidamente fazedor de cultura (BOTELHO, 2001). A cultura, aos olhos de Célio Turino, idealizada em uma nova proposta de governo, passa a ser “entendida como processo e não mais como produto” (TURINO, 2010, p.70). Este é o momento em que é criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva), cuja proposta reflete uma tentativa de transição e cuja trajetória revela as disputas político-sociais do macro contexto cultural contemporâneo.

O Programa Cultura Viva – PCV chega, em 2004, com a promessa de “desesconder”, “des-silenciar”, nas palavras de Célio Turino (2010), idealizador do programa, organizações/grupos

fazedores de cultura popular historicamente aliados das políticas públicas. No Brasil, a inclusão destes grupos, normalmente organizados de forma alternativa àquilo que predomina no campo da administração, torna visível outros discursos e práticas sociais e organizacionais. A ampliação da noção de cultura provoca, aparentemente, a ampliação das noções restritas de organização – burocrático-gerencial, vinculada à noção de empresa (SOLÉ, 2004) – para uma outra concepção, sobre a qual há muito o que desvendar. Neste sentido, pode-se afirmar, que há sinais no discurso do Programa Cultura Viva de um movimento de desposicionamento (BÖHM, 2006).

Todavia, apesar de promover, nas palavras de Gomor dos Santos (2008, p.16), “aspectos diametralmente opostos aos que vinham sendo desenvolvidos” em termos de política cultural no Brasil até então, o PCV é criticado pelo excesso de burocratização, cuja adaptação implicaria na descaracterização das lógicas de ação originais dos grupos culturais financiados pelo programa (NOGUEIRA, 2007) e na tendência ao isomorfismo: incorporação de práticas do modelo organizacional contemporaneamente reconhecido e legitimado (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015; NUNES, 2015).

Após um período de crise, em que se fala em “desmonte” (TURINO, 2013, p.1), em descontinuidade (BARBALHO, 2014), o programa sofre reestruturações normativas (especialmente em 2012) num esforço de flexibilização processual, e, então, dez anos depois de sua criação, transforma-se, em Política Nacional de Cultura Viva – PNCV (Lei nº 13.018, 2014). A consolidação do programa através da lei, contudo, não encerra o debate e nem soluciona o que concerne ao excesso de burocratização e as problemáticas dela decorrentes.

Ressalta-se que a linguagem, como a cultura, está, nas palavras de Brient e Fuentes (2007, p.18), “no coração mesmo do projeto de submissão do sistema mercantil totalitário”. Todavia, assim como o discurso é um recurso fundamental na disseminação de ideias e progressiva naturalização das crenças é, também, essencial na transformação dos sujeitos (VAN DIJK, 2010) e no processo de mudança social, através da incorporação de novos conceitos (FAIRCLOUGH, 2003). Nessa perspectiva, a maneira como a PNCV representa ou entende por organização, pode ser refletida na mudança que seu discurso exerce nas práticas sociais das organizações que “acolhe”, ou, nos termos do seu criador, “desesconde”.

Acredita-se, portanto, que analisar criticamente o discurso da PNCV possibilita a identificação de elementos que apontem para a elaboração de um pensamento contra-hegemônico ou mantenedor do status quo em relação ao que se entende contemporaneamente por organização. Diante disso, frisa-se que o objetivo desta pesquisa é evidenciar a representação de organização cultural no discurso da Política Nacional de Cultura Viva, utilizando como teoria e método a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2001, 2003). Para tanto, disserta-se adiante a respeito da PNCV e as organizações; busca-se ainda, apresentar reflexões acerca da Análise Crítica do Discurso; posteriormente, detalha-se o processo metodológico do estudo; discute-se sobre os resultados da análise do discurso; e, por fim, esboça-se, através dos achados do estudo, algumas considerações finais.

A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA E AS ORGANIZAÇÕES

Não vamos suplantando esses sistemas que nós criamos, que viraram monstros dos quais nós nos submetemos a eles. [...]. Não vou dizer que a Lei Cultura Viva resolve tudo isso [...], mas é uma outra ação [...]. Porque isso tem que ser construído e tem que ser construído de forma muito clara na linguagem” (TURINO, 2014).

A fala de Célio Turino, na chamada para o 1º Congresso Latino Americano de Cultura Viva Comunitária, em 2014, é simbólica. O idealizador do então Programa Cultura Viva, que em 2004 apropriou-se de um conceito antropológico de cultura, das palavras de Gilberto Gil e das teorias de Boaventura e de Milton Santos (TURINO, 2010) na tentativa de criar uma “política cultural [...] que [passasse] a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia” (GIL, 2003), que investiu na promessa de desesconder, des-silenciar, tornar visíveis outros discursos, outras práticas sociais, formas organizacionais de um (velho) novo tipo, historicamente desqualificadas, negligenciadas, rejeitadas ou descaracterizadas pela ótica mercadológica de um discurso hegemônico (SANTOS, 2002, 2005), voltava a acreditar, dez anos depois, no renascimento do Programa (outrora desacreditado) através da aprovação da Política. Turino reconhece na Lei a possibilidade de uma nova prática social, mas assume fundamentalmente na linguagem a construção do que chama de um “Estado de novo tipo”.

Nesta perspectiva, salienta-se que a linguagem é um poderoso instrumento de manutenção e transformação das práticas sociais e, portanto, da ordem social (da estrutura) estabelecida (FAIRCLOUGH, 2003, VAN DIJK, 2010). Discursos que reforçam uma realidade sócio-histórica específica, com alto grau de compartilhamento e repetição, são capazes de extrapolar do local e “colonizar” diversas práticas da vida social global (RAMALHO e RESENDE, 2011).

A concepção da Política Nacional de Cultura Viva, foi profundamente relacionada ao momento de redirecionamento e reformulações conceituais e administrativas que reestruturaram o Ministério da Cultura (NUNES, 2015). A política surge, em 2004, como Programa Cultura Viva, com o objetivo de implementar uma política cultural que atendesse à diversidade e abrangência que compõem a sociedade brasileira (MINC, 2013). Através dos princípios norteadores autonomia, protagonismo e empoderamento, o programa foi pensado para estimular as produções culturais já existentes no cotidiano de suas comunidades, dando visibilidade a expressões que, até então, não eram objeto de política governamental e não compunham reconhecidamente o campo cultural (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010; MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Nas palavras de Célio Turino (2010): “O Brasil silenciado, que era convidado apenas para assistir ao país inventado pelas elites brancas do Sul e que agora vai forjando os espaços e os tempos da sua emancipação”.

Aldeias indígenas, grupos ciganos, povos de terreiro, comunidades quilombolas, cooperativas de assentamentos rurais, comunidades de ritmos e danças tradicionais (escolas de samba, maracatus, cirandas, quadrilhas) grupos de capoeira e manifestações de caráter cultural/religioso, grafiteiros, comunidades quilombolas, cooperativas de assentamentos rurais, grupos de capoeira, contadores de história, passam a ser incluídos ao campo cultural por seleções públicas, e tornam-se “Pontos de Cultura”, ganhando não apenas o reconhecimento público, mas acessando recursos materiais e financeiros para desenvolverem suas ações (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015).

Um reposicionamento do Estado em relação ao conceito de cultura (o que se reconhece por cultura), então, dá sinais da possibilidade de um reposicionamento em relação

à representação das organizações fazedoras dessa cultura agora reconhecida. Abre-se, assim, a possibilidade de uma ampliação da noção restrita de organização, ordinariamente pautada por um modelo empresa, burocrático e gerencial (CLEGG, 1998; SOLÉ, 2004): noção cunhada por um paradigma capitalista-ocidental-moderno, centrada na economia (RAMOS, 1989), sustentada pela premissa do progresso, orientada por uma ciência positivista, mensurada por critérios quantitativos, alimentada por um conhecimento técnico-mecanicista-funcional, legitimada social e moralmente pela racionalidade instrumental (PARKER, 2002; PAES DE PAULA, 2002; BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010).

A ideia dominante de organização se refere à administração e à manutenção de um mundo ordenado pelo cálculo utilitário das consequências, ao emprego planejado de diferentes técnicas de gestão e estratégias interpessoais, à maximização de recursos e alcance de alto nível de performance, visando resultados econômicos e políticos (SERVA, 1997). A racionalidade, predominantemente instrumental, legítima, assim, uma organização baseada em funções técnicas ditas neutras, objetivas e necessárias para o funcionamento efetivo e eficiente da ordem social no sistema do capital. Ao tempo em que se difunde e se valida, sob argumento da superioridade técnica e evidência empírica, uma noção limitada de organização, destrói-se pretensões a formas diferentes (CLEGG, 1998).

Tais discursos e práticas monológicas organizacionais, obscurecem as tensões inerentes às relações dialéticas do campo e restringem o pensar acerca de organizações a uma delimitação específica, de empresa, que se apresenta como uma nova forma do sagrado (PARKER, 2002; PAES DE PAULA, 2002; BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010). O entendimento de organização é resultado, no entanto, de uma luta sócio-discursiva em permanente disputa. A hegemonia não é uma totalidade permanente, uma vez que convive com resistências que desafiam, continuamente, os significados da ordem social estabelecida (BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010). As forças hegemônicas, que buscam um posicionamento absoluto da realidade, sempre estarão acompanhadas por forças de subversão e resistência (BÖHM, 2006). Böhm (2006) sugere um movimento de desposicionamento para, como defende Misoczky (2010, p.35), “desnaturalizar a articulação hegemônica da organização” e permitir

um reposicionamento situando iniciativas distintas de organização. A própria existência de um modelo hegemônico de organização revela outras múltiplas possibilidades.

A representação ordinária de organização não alcança, portanto, as múltiplas possibilidades de formas de vida associada entre as quais podem estar incluídas organizações culturais populares. A sociedade é multidimensional, inerentemente aberta, caracterizada por descontinuidades e pela diversidade de critérios substantivos, de formas de organização e de relações (RAMOS, 1989; BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010). Incorporar essa pluralidade, passa por admitir as exclusões resultantes da ordem estabelecida.

Entre as categorias e valores recorrentes na análise de organizações tidas como possibilidades contra-hegemônicas estão: horizontalidade, participação direta nas decisões, construção coletiva da organização e de suas práticas, polivalência de funções, valores orientados para a vida, tolerância na relação com a alteridade, práxis criativa e aprendizagem na prática organizacional (MISOCZKY, 2010). Diversos autores têm buscado aquilo que pode caracterizar organizações alternativas ou práticas de organização alternativas. De maneira resumida, as referidas investigações, revelam que as organizações alternativas – ou práticas de organização alternativas – são: pautadas, predominantemente, pela racionalidade substantiva; orientadas por valores emancipatórios, que viabilizam a autonomia, a solidariedade, a cooperação, a agregação e auto-organização; apoiadas em processos dialógicos de comunicação que reintegram a diferenciação e reconstróem a democratização em relações sociais horizontalizadas (RAMOS, 1989; SERVA, 1997; DELLAGNELO; MACHADO-DASILVA, 2000).

Os grupos culturais descritos pela PNCV como beneficiários de suas ações podem aproximar-se da concepção de organização anteriormente descrita. Entre as possibilidades de caracterização de modos de organizar alternativos ao modelo dominante, destaca-se os arquétipos isonômico e fenonômico de Ramos (1989), tendo em vista a aproximação, aqui percebida, com os grupos culturais descritos pela PNCV. Salienta-se que na compreensão de Ramos (1989), tais organizações que mobilizam uma atividade criadora no exercício de vocações (ocupação, não trabalho), realizadas por tarefas auto motivadas com alto grau de

autonomia, em busca de auto realização; em espaços sócio-aproximadores, regidos por um tempo não linear (mas convivial e de salto), marcados por relações interpessoais primárias; organizações pautadas pela racionalidade substantiva e orientadas por valores emancipatórios (RAMOS, 1989; SERVA, 1997; DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Outra ideologia, outra lógica, outros propósitos, outras formas de interação, conduzem a outras práticas de organização que os discursos hegemônicos tornam inexistente; que as teorias não contemplam, que o mercado exclui (SANTOS, 2002) e que as políticas públicas culturais não contemplavam, ao menos até 2004. As diferentes culturas que a Política Nacional de Cultura Viva intenciona “desesconder”, podem, simultaneamente, provocar o reconhecimento de diferentes práticas organizacionais; colocando em evidência a disputa do conceito discursivamente construído.

Apesar do reconhecimento da inovação trazida pelo PCV ao buscar “desesconder” diferentes práticas organizacionais, estudos científicos a respeito do Programa, realizados em diferentes áreas de conhecimento, enfatizam, predominantemente, a problemática da aplicação da lógica burocrática nas relações estabelecidas com as organizações da sociedade civil incluídas em sua política (LACERDA, 2010; BARROS; ZIVIANE, 2011; NUNES, 2015; RUBIM, 2015). Algumas pesquisas, que investigaram o campo organizacional a partir da institucionalização do Programa Cultura Viva, apontaram para a transformação nos perfis das organizações e o risco de instrumentalização da sua lógica de ação original e de incorporação do modelo burocrático de gestão decorrentes da adesão ao Programa (NOGUEIRA, 2007; LIRA; CARVALHO, 2011; BEZERRA; BISPO; SANTOS; PASCHOAL, 2013; MEDEIROS; FARAH, 2013, 2015).

A reformulação e transformação do Programa governamental em Política Nacional em 2014/2015, após um período de descontinuidade, mais do que buscar estabilidade institucional, objetivou revisitar os marcos regulatórios, visando, justamente, a desburocratização de processos e a adaptação da norma à realidade das organizações beneficiadas pela política. Representou, portanto, um novo começo depois de um longo e difícil período de experimentações em que as organizações reconhecidas pela política

acabavam excluídas, descaracterizadas (reconvertidas ao modelo dominante de organização) ou criminalizadas; fruto de um possível desajuste entre a representação do Programa em relação a forma de organização destas entidades e sua realidade.

A mudança social construída pela linguagem pode nela ser reconhecida. Se pensar as palavras, evidenciar no discurso posicionamentos e representações de mundo, é indagar sobre sua relação com a história para a qual contribuem, como defende Cuche (1999), se a visão de mundo que se carrega é a mesma que se dissemina e promove, num discurso que exerce influência (controle, modelagem) sobre as práticas sociais, como argumenta Fairclough (2001), investigar a representação de organização da Política Nacional de Cultura Viva – considerando as alterações normativas incorporadas à sua institucionalização, em 2014/15 – pode elucidar as contradições entre o reconhecimento destas organizações no campo cultural e sua possível descaracterização a partir da inclusão.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Segundo Magalhães (2005), a ACD pode ser considerada uma continuação de uma abordagem de estudo da linguagem, desenvolvida em 1970 na Grã-Bretanha, conhecida como Linguística Crítica (LC), cujo interesse era voltado à relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia. Apesar de considerar a ACD uma continuação da LC, a autora, refere tal consideração pode ocasionar em uma redução de questões fundamentais à ACD.

Enquanto com a LC, desenvolveu-se um método para análise de uma pequena amostra de textos, com a ACD desenvolveu-se o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea. Nessa perspectiva, a ACD trata-se de um campo reconhecido internacionalmente (MAGALHÃES, 2005), e para Fairclough (2001b), deve ser entendida como um empreendimento interdisciplinar. Magalhães (2005) destaca como expoentes da ACD, autores como: Fairclough, Chouliaraki, Van Dijk. Contudo, como principal expoente pode-se citar Fairclough, cuja relevante contribuição, em termos gerais, foi a criação de um método para o estudo do discurso (MAGALHÃES, 2005).

Salienta-se que a Análise Crítica do discurso (ACD) é uma abordagem da Teoria Social do Discurso, desenvolvida por Norman Fairclough (FAIRCLOUGH, 2001a; MAGALHÃES, 2005; MISOCZKY, 2005; SALLES, 2014). Pode-se denominar de Teoria Social do Discurso (TSD), o conjunto de pressupostos que constitui o aporte teórico da proposta desenvolvida por Fairclough, enquanto que a Análise Crítica do Discurso (ACD), refere-se ao método. Todavia cumpre ressaltar, que embasando-se na justificativa de que a teoria e o método caminham em conjunto, e que suas lógicas não se separam, utiliza-se, neste trabalho, a terminologia ACD em sua forma genérica, não fazendo a distinção entre TSD para arcabouço teórico e ACD para metodológico.

Aponta-se, portanto, que a escolha da Análise Crítica do Discurso, proposta por Fairclough (2001, 2003), como teoria e metodologia de investigação para a descrição e interpretação do fenômeno em estudo, foi decorrente, além do entendimento do alto potencial explicativo desta teoria em relação ao fenômeno social em análise. Ela também é convergente com a orientação crítica em estudos organizacionais, ou seja, neste caso, “mostrar conexões e causas que estão ocultas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28). Nesse sentido, observa-se que de maneira geral, a ACD busca mostrar conexões e causas ocultas fundamentadas em evidências linguísticas, e adota uma ontologia baseada no realismo crítico (SALLES, 2014).

Inspirado em Foucault, Fairclough (2001a) elucida que o discurso é socialmente constitutivo e que é possível distinguir três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: em primeiro lugar, o discurso contribui para a construção do que pode ser referido como identidades sociais e posições de sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu; segundo, o discurso contribui para a construção das relações sociais entre as pessoas; e, por fim, o discurso contribui para a construção de conhecimento e crença. Os três efeitos, anteriormente descritos, correspondem respectivamente a três funções da linguagem, sendo elas: a identitária, que se relaciona as maneiras pelas quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso; relacional, como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas; e a ideacional, que corresponde aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Diante do exposto, Fairclough (2001a) refere que a análise do discurso deve ser compreendida a partir de um quadro tridimensional, como texto⁴, prática discursiva e prática social. Destaca-se que os textos são o principal material empírico para a ACD. Todavia, somente a análise textual não é suficiente para captar conexões entre linguagem e sociedade e para contribuir para a transformação social. Para Fairclough (2003), a análise textual é invariavelmente seletiva, pois opta-se por pesquisar algumas questões entre tantas outras possíveis. Além disso, análises discursivas críticas baseadas apenas em dados documentais não conseguem realizar epistemologicamente todo o potencial da perspectiva ontológica adotada pela ACD, sendo necessário estabelecer relações teóricas interdisciplinares e adotar alternativas metodológicas para geração dos dados coerentes com a ACD (SALLES, 2014).

Ao utilizar o termo discurso⁵, Fairclough (2001) propõe que se considere o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Nesse sentido, como prática social este possui várias orientações – econômica, política, cultural e ideológica –, e pode estar implicado em todas elas. Como prática política, o discurso, estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder. Já enquanto prática ideológica, constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

⁴ Fairclough (2001, 2003) sinaliza que, apesar da ACD não se restringir apenas a análise textual, o texto é um momento essencial no método, o que a caracteriza como uma forma de Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). O texto é a evidência empírica da análise que confere rigor e cientificidade as argumentações da/o analista/o. O termo texto, em ACD, é relacionado ao produto escrito ou falado do processo de produção textual. Dessa maneira, os textos são entendidos como a parte discursiva de eventos sociais, e por isso, podem ser tratados como eventos discursivos. Pode-se compreender que os textos guardam traços: (1) da ação individual e social que lhe deram origem e de que fez parte; (2) da interação articulada por ele; (3) das relações sociais, simétricas ou assimétricas, entre as pessoas envolvidas na interação; e (4) do contexto sócio-histórico em que foi gerado. Salienta-se que a ACD concebe o texto e a linguagem como funcionais, o que significa reconhecer que o que é dito tem um propósito e que esse propósito tem uma base social (SALLES, 2014).

⁵ O termo discurso, é adotado na ACD com diferentes sentidos. Como um substantivo mais abstrato, significa linguagem como um elemento da vida social. Já como substantivo mais concreto, o discurso significa modos particulares de representação da realidade (FAIRCLOUGH, 2003). Neste caso, refere-se, por exemplo, a discursos políticos, discurso neoliberal, discurso do terceiro setor, discursos sobre avaliação de desempenho, etc. (SALLES, 2014).

Ressalta-se que para Fairclough (2001), a prática discursiva pode ser entendida como uma forma particular de prática social. Em alguns casos, a prática social pode ser inteiramente constituída pela prática discursiva, enquanto em outros, pode envolver uma mescla de prática discursiva e não discursiva. A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva, focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual.

Conforme explica Fairclough (2003), todo discurso age, simultaneamente, de três maneiras principais nas práticas sociais: como modo de agir, como modo de representar e como modo de ser. Ao texto associado a cada um desses modos de interação entre discurso e prática social, Fairclough atribui um tipo de significado: acional, representacional e identificacional e articula cada um destes significados do texto aos três elementos das ordens do discurso: gêneros, discursos e estilos. Assim, na ACD, há uma correspondência entre o significado acional e gêneros; significado representacional e discursos; e significado identificacional e estilos (FAIRCLOUGH, 2001).

Salienta-se ainda, que a prática discursiva, a produção, distribuição e consumo de textos são concebidos pela ACD, como uma faceta da luta hegemônica que contribui em diferentes graus para a reprodução ou transformação, não apenas da ordem do discurso, mas também das relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001; MISOCZKY, 2005). Nesse sentido, para a ACD nenhuma forma de poder é estável, ou seja, relações assimétricas de poder são sempre passíveis de mudança. Por isso, para conservar o poder, as práticas sociais que sustentam tal condição precisam constantemente reafirmar suas posições hegemônicas, preferencialmente através do consenso. O que enfatiza a importância da ideologia para alcançar e manter relações de dominação (SALLES, 2014).

Tendo em vista, que o discurso deve ser considerado com um dos momentos da prática social, a luta hegemônica pode ser percebida como disputa pela criação/sustentação de um status universal para determinadas representações particulares (do mundo material, mental e social). Assim, ao se considerar que o poder depende da conquista do consenso, o discurso

figura como elemento essencial para sustentação de relações hegemônicas em um dado contexto histórico (FAIRCLOUGH, 2003).

Para assegurar domínio e poder, os envolvidos nos processos de construção dos textos recorrem a formas de ideologia para dar suporte a formas de poder. Nesse sentido, a ACD, utilizando-se da Teoria da Ideologia proposta por Thompson, busca expor as ideologias subjacentes ao discurso, a fim de conscientizar as pessoas a respeito das naturalizações que perpetuam as relações assimétricas de poder. Ressalta-se que para Fairclough (2001), quando as práticas discursivas são percebidas como construções sociais, elas podem ser questionadas e perderem sua força de sustentar práticas sociais centradas na desigualdade.

Na ACD parte-se do princípio que, de forma geral, os sujeitos não têm consciência do papel que o discurso exerce no controle e modelagem da vida social. Sendo assim, a análise do discurso com orientação crítica se presta a revelar questões ideológicas sustentadas pelos discursos, porém não conscientes para as pessoas em suas práticas sociais. Desse modo, a tarefa da ACD “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas” e lutar pela emancipação (FAIRCLOUGH, 2001, p.28). Neste sentido, o caráter emancipatório da ACD fundamenta-se em sua proposta central de revelar o conteúdo ideológico de determinado discurso. Ao se evidenciar conexões e causas ocultas na e pela linguagem abre-se espaço para intervenção, ou seja, proporciona-se aos sujeitos em desvantagem recursos para mudança (SALLES,2014).

Em resumo, diante do exposto, pode-se considerar que a ACD foca nas maneiras pelas quais os discursos criam, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade (SALLES, 2014). Nesse sentido, observa-se que a Análise Crítica do Discurso se constitui como um importante arcabouço teórico-metodológico para a investigação das relações entre discurso e prática social, permitindo a desnaturalização crenças que servem de suporte às estruturas de dominação (FAIRCLOUGH, 2001a; MAGALHÃES, 2005; MISOCZKY, 2005; SALLES, 2014).

Por fim, destaca-se que partir de Fairclough e de sua afirmação de que o discurso deve ser entendido como uma forma de ação e de representação, pode-se compreender que os

sujeitos e o mundo (social) ao seu redor agem discursivamente (MAGALHÃES, 2005). Assim, a análise crítica do mundo social/político/econômico contemporâneo (questionamentos sobre seus acontecimentos) pode provocar a desconstrução, a interrupção da história "oficial", supostamente natural, direcional e progressiva. Böhm (2006), argumenta que, o reposicionamento ontológico e do conhecimento impacta na decisão social prática de organização da realidade e reconfigura as relações de poder.

Seleção e Análise do Corpus

A utilização da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001, 2003), neste estudo, implicou em um trabalho rigoroso de seleção de um corpus representativo da visão de mundo (e, conseqüentemente, de organização) da Política Nacional de Cultura Viva. A constituição do corpus textual da análise crítica discursiva foi precedida de um esforço para adquirir maior domínio possível do tema, para que a seleção dos dados estivesse orientada à identificação das amostras úteis para a exploração do problema de pesquisa, como sugere Fairclough (2001).

Durante a seleção de eventos discursivos foram priorizados textos orais espontâneos para captação do discurso original, sem intervenção ou produção de falas artificiais; foram considerados apenas documentos formais, endossados institucionalmente, com abrangência federal, dotados de relativa estabilidade; e, ainda, textos que abordassem especificamente o Cultura Viva como assunto/pauta, após sua reformulação e conversão em Política Nacional (já regulamentada), proferidos em eventos oficiais e/ou falas públicas cujo valor de representação da visão de mundo da PNCV fosse incontestável. Desse modo, definiu-se como corpus representativo para a análise do discurso:

Tipo de Texto	Nº	Enunciante	Documento/Evento	Data	Tamanho/Duração
Textos Escritos - Normativos	T1	Documento assinado por João Luiz Silva Ferreira (então, Presidente da República Dilma Rousseff)	Lei nº 13.018, que institui a Política Nacional de Cultura Viva	22/07/2014	5 páginas
	T2	Documento assinado por João Luiz Silva Ferreira (então, Ministro da Cultura)	Instrução Normativa nº 1, que regulamenta a Lei nº 13.018.	07/04/2015	26 páginas
Textos Orais	T3	Ivana Bentes (à época, Secretária da SCDC)	Cerimônia de lançamento da Lei de Cultura Viva	08/04/2015	9 minutos de fala ininterrupta
	T4	João Luiz Silva Ferreira	Cerimônia de lançamento da Lei de Cultura Viva	08/04/2015	23 minutos de fala ininterrupta
	T5	Ivana Bentes	Entrevista concedida a um programa Agenda da Rede Minas de Televisão	10/04/2015	10 minutos de fala ininterrupta

Quadro 1: *Corpus* selecionados para análise

Fonte: Elaborado pelas autoras

A análise textual foi explorada a partir da ACD em seu significado representacional, o qual é capaz de revelar através do discurso as representações de mundo do locutor, permitindo a identificação da ideologia subjacente ao texto através de sua análise; a qual poderá denunciar tanto o reforço e naturalização da prática ideológica dominante como resistência e emancipação contra a hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001). Entre as demais funções do discurso trazidas pela ACD, a representacional (trabalhada nesta pesquisa) pode ser explorada textualmente, de forma mais adequada, pelo uso das categorias linguísticas de “interdiscursividade” e “representação de eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003).

A linguagem envolve vários estratos (conforme Figura 4): estrutura social; prática social; eventos sociais (ação, identificação e representação); discurso (gênero, discurso e estilo); semântica; gramática e vocabulário; e fonologia e grafologia. A análise representacional das relações externas, intencionada por este estudo, permite o exame da relação do texto com elementos de eventos sociais e, mais abstratamente, práticas e estruturas sociais; implica, portanto, em um movimento ascendente entre os estratos linguísticos (partindo nível lexical ao contexto cultural) (SALLES, 2014).

A interdiscursividade é uma importante categoria de análise representacional das relações externas dos textos, por identificar no discurso uma relação dialógica, harmônica ou polêmica com outros discursos. Outra importante categoria para análise representacional é, segundo Fairclough (2003) a representação de eventos sociais, que implica em examinar a forma como determinado processo, participante e/ou circunstância (evento social) é representado no contexto de outro evento (no caso desta análise, o texto). Neste processo, identifica-se de que maneira os elementos de um evento social são seletivamente filtrados e incorporados noutra (inclusões, exclusões, destaques, adições, abstrações) o que determina a forma como são representados.

Fairclough (2001) explica que uma específica proposição sobre o mundo pode ser posicionada explicitamente num contínuo de variados graus de engajamento/afinidade com aquilo que é dito, desde a afirmação categórica até a negação de um pressuposto – sistema de modalidades. Esta categoria de análise pode ser identificada como epistêmica, quando refere-se à probabilidade (certo, provável, eventual), frequência (sempre, usualmente, as vezes), ou grau de veracidade ou credibilidade (com certeza, sem dúvida, certamente), em que o autor relaciona uma proposição a determinado grau de comprometimento; ou, classificada como deôntica, o que revela o caráter normativo do texto, relaciona-se com a obrigatoriedade/necessidade (deve, tem que, precisa) de uma ação, incitando uma determinada intervenção em uma prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

Ainda, a identificação do que o enunciante representa como desejável, importante, relevante, pode compor, ou, se estender analiticamente para a categoria linguística que

Fairclough (2003) denomina avaliação. Identificar a partir de quais aspectos da realidade social, e de quais perspectivas, um fenômeno é representado num texto, implica, em primeira instância, em recorrer à análise do vocabulário, a partir do entendimento que modos particulares de (visualizar e) representar o mundo decorrem de diferentes maneiras de lexicalizá-los (FAIECLOUGH, 2003).

A análise lexical contribui, ainda, para identificar o modo como os argumentos são desenvolvidos (legitimados) no texto. Fairclough (2003) indica quatro maneiras de legitimação: (1) autorização: referência à autoridade da tradição, costume, leis e de pessoas com autoridade institucional; (2) racionalização: referência à utilidade da ação institucionalizada e ao conhecimento para conferir validade cognitiva; (3) avaliação moral: referência ao sistema de valores; e (4) mitopoiesi: referência a depoimentos/narrativas convincentes.

Além destas categorias de análise apresentadas (interdiscursividade, representação de eventos sociais e análise lexical), outras são tratadas por Fairclough (2003), como a transitividade, nominalizações e intertextualidade. Durante o desenvolvimento da análise outras categorias foram utilizadas de acordo com o entendimento de sua relevância para a análise. Desse modo, ao longo das análises textuais novas explicações sobre a operacionalização das categorias vão sendo incorporadas.

RESULTADOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Fairclough (2001), a compreensão do fenômeno em estudo é fundamental para reconhecimento dos discursos e identificação de evidências textuais no corpus em análise que acenem uma relação harmônica ou de resistência a um contexto social dominante (FAIRCLOUGH, 2001). Este contexto, ou discurso, dominante em relação à organização, foco deste estudo, carrega uma representação vinculada à noção de empresa, ao enclave econômico, à ideologia de progresso, à racionalidade instrumental, à metodologia burocrático-gerencial, que preconiza o planejamento, o controle, a padronização, a impessoalidade, a eficiência, o resultado econômico.

Durante a análise textual, portanto, quando identificadas escolhas lexicais que remetem a estes critérios acionados para refletir a organização, que reiterem esta visão de mundo, pode-se considerar o discurso como harmônico ao contexto dominante. O significado representacional foi, deste modo, explorado para identificar um discurso em relação à ordem dominante.

A análise dos textos orais (T3, T4 e T5), produzidos pelos representantes legais da PNCV, possibilitou a identificação de alguns elementos lexicais inter-relacionados diretamente vinculados à representação de organizações culturais. Elementos, estes, fortemente enfatizados por recorrência no discurso, pela utilização de modeladores, que denotaram alto índice de comprometimento com a proposição, e pela concessão de atributos avaliativos, que indicaram a importância concedida aos mesmos pelos enunciadores. O Quadro 02 sintetiza a representação destes elementos lexicais nos textos orais:

Elemento lexical	Representação
Diversidade cultural	<i>Riqueza nacional, patrimônio, traço diferenciado que confere identidade e sobretudo valor à produção cultural brasileira; capital simbólico bilionário que pode ser monetizado</i>
Economia Cultural	<i>Economia diversificada, com alto valor agregado e diferencial competitivo para um novo ciclo de desenvolvimento econômico e saída da crise</i>
Pontos de Cultura	<i>Arranjos econômicos/produtivos, pequenos e médios empreendimentos, microeconomias pujantes (em grande quantidade) invisíveis, que possuem toda uma cadeia produtiva, que empregam, movimentam economicamente somas incríveis.</i>
Política Nacional Cultura Viva	<i>Instrumento inovador e eficiente, por ser barata e hipercapilarizada, de alcance a uma quantidade enorme de arranjos econômicos e produtivos, através dos editais e da autodeclaração dos pontos de cultura.</i>
Autodeclaração	<i>Instrumento que confere reconhecimento às organizações como culturais, mas, sobretudo, que permite mapear, dar visibilidade às microeconomias de um grande campo produtivo, ainda inexplorado pelas políticas públicas</i>

Quadro 02: Elementos lexicais representados nas falas dos representantes da PNCV

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme observado no quadro 2, a dimensão econômica da cultura ganha destaque no discurso dos representantes da PNCV. Economia foi o vocábulo mais utilizado (51 ocorrências) em suas falas (incluindo seus cognatos e desconsiderando-se o termo cultura). Um alto grau de comprometimento foi anunciado explicitamente, no desejo de *colocar a*

cultura na centralidade do debate econômico no país. E todos os demais elementos lexicais no exame da coesão textual do discurso convergem neste sentido. Percebe-se, na representação de diversidade cultural, valor marcadamente enfatizado pela Política, um deslocamento conceitual, em que a *dignidade identitária*, passa a ser concebida e reverenciada, sobretudo, como *riqueza*, patrimônio, como um traço diferencial das organizações culturais que lhes confere competitividade e lhes agrega valor econômico.

A própria Política é representada nos textos orais (produtos das falas dos representantes legais da PNCV) como instrumento *inovador* e eficiente (*barato e de alto alcance*), com poder de articulação de uma quantidade enorme de arranjos econômicos e produtivos, através dos editais e da autodeclaração dos pontos de cultura: *“é uma política hipercapilarizada, barata. Com pouco investimento faz explodir, florescer uma quantidade enorme de arranjos econômicos e produtivos”* (T3).

Da perspectiva governamental, a *autodeclaração* ultrapassa o valor de reconhecimento simbólico de uma organização como cultural, ganha utilidade a baixo custo (pois está desvinculada do financiamento), converte-se em ferramenta de *mapeamento* (vocábulo de escolha recorrente) de um grande campo com alto potencial econômico/produtivo ainda inexplorado.

As organizações culturais representam, portanto, este grande campo não visibilizado, caracterizado pela diversidade e abundância. São, na perspectiva do enunciante, *arranjos produtivos* com uma *economia diversificada* e *de alto valor agregado*, *empreendimentos microeconômicos ainda* informais, desqualificados e atuando em pequena escala; portanto, subaproveitados.

A formalização, o aumento da escala e, especialmente, a capacitação/formação artística, técnica e de gestão são julgados, indiscriminadamente, como necessários para que as organizações culturais populares possam contribuir economicamente (*entrem para os dados da macroeconomia*): *“É essencial dar visibilidade a essa nova economia da cultura, à essa microeconomia que os pontos de cultura fazem emergir. Economia das bordas, que ainda está*

na informalidade, não tem visibilidade, não entrou ainda nos dados da macroeconomia” (T1)
Este julgamento em relação ao que é desejável/bom para as organizações culturais revela a forma como a realidade social é representada pelo enunciante.

Ao defender a qualificação, o enunciante enfatiza a especialização profissional e afasta-se de uma perspectiva de saberes tradicionais, do aprender fazendo, da cultura como um processo não fragmentado desenvolvido no cotidiano. Ao promover o aumento da escala de atuação, o enunciante defende o crescimento destas organizações. Circunstância que implica em alterações de sua estrutura interna, práticas, e padrões de relacionamento primário existentes; assim como a formalização o faria, na adequação ao formato padrão de organizações econômicas.

Empreendimento, arranjos econômicos/produtivos, emprego, serviço, indústria, gestão, produto, cadeia produtiva, modernização, qualificação, formação, formalização, técnica, escala, valor agregado, (micro)economia: foram vocábulos identificados no texto com uma carga semântica positiva em caráter normativo. As escolhas lexicais realizadas pelo enunciante, com a utilização de termos típicos do mundo empresarial, evidenciam uma representação de organizações culturais que se relaciona de forma harmônica com o discurso dominante. A forma como as vê é a mesma que difunde nas práticas sociais em que se engaja, contribuindo para a manutenção da ordem social estabelecida. Embora sejam empregados termos como *diversidade, cidadania e identidade*, estes são relacionados de forma conciliadora, instrumental ou até de reforço a valores e conceitos como os citados acima, que mantém uma relação harmônica ao discurso dominante de organização econômica.

A Política é retratada, no discurso de seus representantes (dirigentes da SCDC e MinC), como um instrumento que contribui para a superação de um período de *crise* e volta ao progresso (do *ir em frente*), ao reconhecer na *diversidade e abundância das organizações culturais populares, um grande campo produtivo* com uma *economia diversificada e de alto valor agregado*, que pretende *visualizar, mapear, formalizar, qualificar*, e fazer crescer (*aumentar a escala de atuação*) em prol de um *novo ciclo de desenvolvimento* econômico. A economia é, portanto, a razão, o motivo pelo qual *é essencial dar visibilidade* às organizações

culturais populares. Assim, desesconder, no sentido instrumental atribuído pelo enunciante, difere de des-silenciar ou dar espaço a fala aos fazedores de cultura, afasta-se do empoderamento, um dos princípios do Programa em sua concepção original.

Se, no discurso dos representantes da Política as organizações culturais são retratadas, prioritariamente, pela dimensão econômica, o que as aproxima de um modelo empresarial de organização, na regulamentação da Política, embora a função econômica destas organizações seja mencionada, é a função social que ganha maior relevância, e sua representação aproxima-se de um modelo predominantemente burocrático de organização.

A análise discursiva do texto legal (T1 e T2), que institui e regulamenta a PNCV, possibilitou a investigação mais detalhada da representação de organização nela existente, das características que referenciam sua visão de mundo em relação às organizações culturais populares (os pontos de cultura).

O ponto de partida para a análise foi a caracterização da própria Lei ao descrever as organizações *beneficiárias* da Política, que demonstra a pretensão de beneficiar um modelo organizacional que, não apenas diverge das organizações empresariais, mas as exclui do seu escopo – são explicitamente inabilitadas as organizações que mantenham qualquer vínculo com empresas. As organizações aptas à habilitação enquanto pontos de cultura são descritas, a princípio, como: *coletivos e entidades sem fins lucrativos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso aos meios de produção cultural e cuja identidade cultural esteja ameaçada*:

A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, [...] em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural (T1).

Tal caracterização inicial, não encontra, no entanto, correspondência com as demais proposições – práticas avaliadas como necessárias e desejáveis – e exigências (evidenciadas

pela utilização de modeladores deônticos que configuram obrigatoriedade), explícitas ao longo do texto legal, concernentes a estas mesmas organizações para a efetivação do seu reconhecimento e beneficiamento através da política. O Quadro 03 sintetiza os processos organizacionais relacionados a estas recomendações/exigências legais identificadas na análise das escolhas lexicais do regulamento:

Categoria	Processos organizacionais regulamentados pela PNCV
Capacitação e Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ☑ Possuir <i>capacidade técnica e operacional</i> ☑ Oferecer <i>formação continuada de seus trabalhadores</i> ☑ Contratar <i>assessoria técnica para capacitação, planejamento e gestão</i> ☑ Promover <i>soluções aplicando conhecimentos da ciência e tecnologia e da inovação</i> ☑ Reconhecer os <i>saberes, os fazeres, os cultivos e os modos de vida de populações tradicionais</i>
Planejamento e previsibilidade	<ul style="list-style-type: none"> ☑ Elaborar <i>plano de trabalho detalhado com ações delimitadas,</i> ☑ <i>Metas quantitativas e mensuráveis com prazos de execução</i> ☑ <i>Programação do cronograma de execução físico-financeira</i> ☑ <i>Previsão de início e término da execução das ações</i>
Prescrição de normas	<ul style="list-style-type: none"> ☑ <i>Atividades a serem executadas, descritas de forma precisa e detalhada</i> ☑ <i>Descrição dos meios utilizados para o que se pretende realizar ou obter</i>
Formalização de processos e vínculos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ☑ <i>Cadastro no Sistema Nacional de Pessoa Jurídica: formalização de estatuto com composição hierárquica de membros, definição de cargos, formato administrativo</i> ☑ <i>Projeto formalizado no Termo de Compromisso Cultural por um plano de trabalho descrito detalhadamente</i> ☑ Estabelecimento de vínculo formal de trabalho remunerado ☑ <i>Contratação de bens e serviços por cotação de preços de no mínimo três fornecedores</i> ☑ <i>Contratação de pessoa física por processo seletivo, amplamente divulgado, com recebimento de currículos (arquivados por 5 anos após a contratação)</i> ☑ <i>Contratações com obediência aos princípios da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo;</i>
Controle	<ul style="list-style-type: none"> ☑ <i>Fiscalização periódica in loco pelo ente público</i> ☑ <i>Emissão de relatório técnico detalhado de acompanhamento e avaliação,</i> ☑ <i>Monitoramento da forma de execução e dos resultados parciais</i> ☑ <i>Controle dos resultados e impactos social e econômico para a comunidade</i>
Fins Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ☑ Apreender a <i>capacitação social como princípio norteador de suas ações</i> ☑ <i>Atender demandas da população;</i> ☑ <i>Incorporar jovens ao mundo do trabalho;</i> ☑ <i>Incluir culturalmente a população idosa</i> ☑ <i>Ampliar instrumentos de educação</i> ☑ <i>Promover saúde e educação;</i> ☑ <i>Trazer benefícios sociais à comunidade</i>

Fins Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> ☑ <i>Respeitar a diversidade como atividade econômica</i> ☑ <i>Fomentar a economia criativa e solidária</i> ☑ <i>Trazer benefícios econômicos à comunidade</i>
----------------------------	--

Quadro 03: Processos organizacionais regulamentados pela PNCV

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme explicitado no quadro 3, a partir da regulamentação, pode-se observar que a PNCV, não apenas legitima, como induz à constituição de uma organização que prima por capacitação técnica e prioriza a aplicação de um conhecimento científico e tecnológico, uma organização com alto nível de formalização, planejamento, prescrição e previsibilidade, com controle detalhado de processos cronometrados num tempo linear, uma organização orientada pelos princípios da economicidade, da eficiência e da impessoalidade, cujos vínculos interpessoais constituem-se por julgamento objetivo, uma organização com metas quantitativas a serem perseguidas em fins econômicos e sociais. Este discurso, portanto, articula-se harmonicamente à ordem social hegemonicamente estabelecida, cuja representação de organização vincula-se ao modelo cuja racionalidade preponderante é instrumental e os propósitos concentram-se em resultados úteis e mensuráveis.

Tal modelo de organização difere daquele do aprender fazendo do cotidiano, do baixo nível de prescrições e normas, do organizar orgânico, improvisado, do engajamento voluntário e atuação espontânea de seus membros, com alto grau de autonomia na execução das tarefas, em atividades criativas automotivadas, cujo o propósito pode estar no próprio processo de interação e/ou atuação para a autorrealização, difere das relações estabelecidas por empatia e estabilizadas por vínculos de confiança, em que a razão que predominante é substantiva, difere do que pressupõe-se constituir o organizar de muitos dos grupos fazedores de cultura popular “beneficiárias” da PNCV.

Os pontos de cultura são caracterizados explicitamente na Lei como *instrumentos* da PNCV. A Lei destaca que todos os objetivos da Política são considerados também como compromissos dos pontos de cultura. As organizações culturais devem atuar como *elos entre a sociedade e o Estado*, ou seja, como ferramenta de alcance de uma política cultural para a sociedade: “*Os pontos e pontões de cultura constituem elos entre a sociedade e o Estado, com o*

objetivo de desenvolver ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, do protagonismo e da capacitação social das comunidades locais” (T1)

São, portanto, instrumentos de uma política essencialmente social, ou, nas palavras de Belfiore (2006), uma “Política Social da Cultura”. A função social das organizações culturais foi reforçada com a alteração dos princípios da Política, pela substituição da palavra “empoderamento” por *capacitação social*. No lugar de um princípio (simbólico) constituinte, o programa assume uma função social com caráter de utilidade pública, à encargo das organizações culturais.

Os processos descritos no texto legal, de financiamento de um projeto cultural, previamente selecionados por edital de chamamento público, possuem critérios restritos de avaliação cujas finalidades envolvem a satisfação de uma série de especificações. Tal situação guarda algumas semelhanças com a contratação pública de uma empresa privada por meio de licitação para a prestação de um serviço, com a execução monitorada regularmente pela organização pública, cuja avaliação determina a liberação das parcelas de financiamento. Esta constatação relaciona-se à fala analisada anteriormente, na qual o representante da Política identifica explicitamente o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura *como um banco de metodologias e trocas de serviços*. O alto nível de controle por parte do ente público denota, ainda, a relação de desigualdade na *parceria estabelecida*, evidencia uma hierarquia entre contratante e contratado, afasta-se da concepção de uma organização autônoma, conforme princípios da própria lei.

Além da ênfase e recorrência de elementos lexicais correspondentes ao *controle (fiscalização, acompanhamento, monitoramento, avaliação, auditoria)*, com 51 ocorrências, destacaram-se, na análise das escolhas lexicais, o número de termos vinculados especificamente às ideias de *capacitação (formação, capacitação, educação, qualificação)*, com 43 ocorrências, e de *planejamento (programação, previsão, cronograma)* com 51 ocorrências identificadas com referência direta às organizações culturais populares; escolhas que reforçam a evidência de uma representação de organização vinculada ao modelo burocrático.

Foram identificadas, ainda, 127 ocorrências no texto legal, dos vocábulos: *técnica (o), tecnologia/tecnológico, conhecimento científico, inovação, operacional, gestão, instrumentos, produção/produtivo, registro, economicidade, eficiência, impessoalidade, julgamento objetivo, prazo, cronograma físico-financeiro, metas quantitativas e mensuráveis, economia/econômica/econômicos, financeiro, descrição dos meios, trabalho/trabalhadores/trabalhista, salário, serviços contábeis, assessoria jurídica, cotação de preços, fornecedores, processo seletivo, currículos, , resultados, impacto.*

No entanto, a regulamentação aborda também valores substantivos normalmente incorporados por organizações isonômicas. Foram identificadas 37 ocorrências dos termos *cidadania, participação, diversidade, solidariedade, democratização e cooperação*, e respectivos cognatos.

A partir da análise da coesão textual, pôde-se identificar que estes vocábulos foram incorporados ao texto de forma puramente descritiva, como valores a serem assimilados pelas organizações culturais no relacionamento com a comunidade em que está inserida. Tais valores, não impactam, portanto, na representação da sua forma de organização interna, investigada neste estudo. Quando a Lei propõe que as organizações culturais primem por uma *gestão democrática, participativa, compartilhada e dialógica*, refere-se à relação com a comunidade “atendida” por ela (aos beneficiários em sua área de abrangência), não aos membros da organização cultural. Estes valores, inerentes às organizações isonômicas, normalmente incorporados por organizações culturais, precisam, portanto, ser assimilados de forma restrita. Não influenciam suas práticas organizacionais internas.

A aparente indicação de uma disputa discursiva, como nas simultâneas recomendações de *aplicar o conhecimento científico e tecnológico e reconhecer os saberes, os fazeres, os cultivos e os modos de vida de populações tradicionais*, não encontram consistência numa análise mais atenta. O reconhecimento aos saberes e fazeres tradicionais restringe-se ao campo simbólico, remetem a um valor não operado, o conhecimento a ser aplicado no cotidiano da organização é outro.

Valores substantivos têm, num texto puramente descritivo, mais que efeito decorativo, são conciliados de forma harmônica e estrategicamente posicionados para reforçar valores utilitários, como nos fragmentos: *garantir o respeito à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica e fomentar a economia criativa e solidária*. Nesta perspectiva, conceitos como *expressão simbólica*, a *solidariedade* e a *criatividade* qualificam/legitimam a atividade econômica e o fomento à econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CRÍTICA À IDEIA DE ORGANIZAÇÃO NO DISCURSO DA PNCV

Analisar criticamente o discurso da PNCV possibilitou a identificação de elementos que apontaram para a elaboração de um pensamento mantenedor da ordem social vigente estabelecida em relação ao que se entende ordinária e contemporaneamente por organização. O reposicionamento (BÖHM, 2006) conceitual sinalizado concretamente na elaboração do programa em 2004 e reformulado na conversão em Lei, política, dez anos depois, não pôde ser constatado. O aparente reconhecimento destas organizações populares como “fazedoras de cultura” e a valorização da diversidade e identidade da cultura que produzem, não encontrou correspondência no reconhecimento das suas práticas e valorização das diferentes formas e identidades organizacionais de seus fazedores. Utiliza-se, aqui, o termo “aparente”, porque esta não correspondência implica no não reconhecimento genuíno daquelas culturas. Ora, a influência sob o organizar/fazer cultural atinge invariavelmente seus resultados: a cultura resultante deste fazer.

O discurso age no mundo: exerce influência nas práticas sociais. Este controle ganha força, sobretudo, no contexto deste estudo. A representação de organização da Política Nacional de Cultura Viva modela diretamente as práticas organizacionais dos grupos culturais acolhidos *em situação de vulnerabilidade*, conforme descrição da Lei, e dependentes do financiamento do Estado. O comprometimento, formalmente estabelecido, com as normas resultantes desta representação implica na descaracterização das suas formas de organizar originais.

Segundo Cuche (1999), a alteridade cultural dos grupos “mais fracos” pode ser fortalecida quando distanciados dos “mais fortes”, em momentos em que a dominação social cessa, fora da tensão, da submissão, da dependência direta. Estas organizações “desescondidas” pela Política são postas em contato direto com a situação de dominação social e podem, desta forma, enfraquecer e perder autonomia, não obstante aos princípios constituintes da própria Política – de empoderamento, autonomia e protagonismo.

Resgatando as palavras do autor (p.157): “o isolamento, mesmo quando representa marginalização, pode ser fonte de autonomia (relativa) e de criatividade cultural”. A perda da autonomia está, ainda, entre os danos, acusados por Belfiore (2006), quando organizações culturais são utilizadas como instrumentos de políticas econômicas e sociais da cultura. A PNCV formatada como está, traz a cultura como razão secundária, a faz servir a propósitos econômicos e sociais: a onera, distorce, desvaloriza em si.

Talvez a invisibilidade, neste caso, representasse a resistência (ou defesa) necessária a que Ramos (1989) se refere quando alerta para o risco de descaracterização das organizações isonômicas e fenonômicas em contato com outros enclaves.

O Programa que nasceu como “parte de um projeto geral de construção de uma nova hegemonia” (GIL, 2003), que investiu na promessa de tornar visíveis outros discursos, outras práticas sociais e formas organizacionais, permaneceu no caminho histórico descaracterizando-as, convertendo-as pela ótica instrumental de um discurso revestido de substância. A retirada destas organizações de uma situação de invisibilidade pode representar, neste caso, o início de um novo processo, talvez mais perverso, de produção da não existência.

Não se pode concluir, contudo, que a disputa discursiva iniciada na fala emblemática de posse de Gilberto Gil, no Ministério da Cultura, em 2003, tenha sido vã. Nenhuma luta passa incólume. Os “espólios” hão de servir à memória e inscrever na história, “contada à contrapelo”, um período de atentado à tradição do conformismo, ainda que os que “não cessam de vencer” o tenham feito uma vez mais (BENJAMIN, 1940).

REFERÊNCIAS

BARBALHO, A. O Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma: Continuidades e Avanços. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, RLEC, v. 2, n.2, p. 188-207, 2014.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTES, I. Entrevista concedida ao programa Agenda da Rede Minas de Televisão sobre a regulamentação da Lei Cultura Viva dia 10 de abril de 2015. In: **Entrevista com Ivana Bentes – Lei Cultura Viva**. Belo Horizonte: Rede Minas de Televisão, 2015. (10 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xwff2sQFQMA>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BELFIORE, E. The social impacts of the arts: myth or reality? In: MIRZA, M. (org). **Culture Vultures**: is UK arts policy damaging the arts? Londres: Policy Exchange Limited, 2006.

BÖHM, S. **Repositioning Organization Theory**: impossibilities and strategies. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

BOTELHO, I. DIMENSÕES DA CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 2, pág. 73-83, abril de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

BRANT, L. **O poder da Cultura**. São Paulo: Peirópolis. 2009. 128 p.

BRASIL. **Instrução Normativa No- 1, de 7 de abril de 2015**. Regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a PNCV e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXI1QMnlPZ8/content/instrucao-normativa-n%C2%BA-1-2015-minc/10937>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

BRASIL. **Lei Nº 13.018 de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm>. Acesso em: 02 de agosto de 2014.

BRIENT, J- F.; FUENTES, V. L. **Da servidão moderna**. Editora independente. 2009.

CLEGG, S. R. **As organizações modernas**. Lisboa: Celta, Oeiras, 1998.

CUCHE, D. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DELLAGNELO, E.; MACHADO-DA-SILVA, C. Novas formas organizacionais: Onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações e Sociedade**. v. 7. n. 19. Set-Dez 2000.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. A **Ordem do Discurso**: Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Loyola. 2014.

GIL, G. **Discurso de Posse no Ministério da Cultura em fevereiro de 2003**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>> acesso em 28 de agosto de 2015.

GOMOR DOS SANTOS, E. Formulação de políticas culturais: Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva. **Dissertação** (mestrado) Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.

LACERDA, A. P. de. Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAS. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 2010.

MEDEIROS, A. K. de; ALVES, M. A.; FARAH, M. F. S. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1215-1235, Out. 2015 .

FERREIRA, J.; BENTES, I. Cerimônia de Lançamento da Política Nacional Cultura Viva dia 08 de abril de 2014. In: **Governo lança Política Nacional de Cultura Viva**. Brasília: TV Nacional do Brasil, 2015. (74 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jq1y04vcwWo>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: A análise de discurso crítica. D.E.L.T.A. , v. 21, n. especial, p. 1-9, 2005.

MISOCZKY, M. C. A. Análise crítica do discurso: uma apresentação. **GESTÃO.Org.**, Recife, v. 3, n. 2, p. 124-138, 2005.

MIZOCZKI, M. C. A. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In.: MIZOCZKI, M., FLORES, R., MORAES, J. (org). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010

NOGUEIRA, A. C. Pontos de cultura, particularidades na gestão? Um estudo na primeira capital brasileira da cultura. 2007. 149f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NUNES, A. F. Programa Cultura Viva: primeiras aproximações de um campo político. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 2015.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAES DE PAULA, A. P. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. **Revista de Administração Pública**, RAP, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p.127-144, 2002.

PARKER, M. **Against Management**. Malden: Balckwell Publisher Inc, 2002.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ROCHA, S. C. Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia. 2011. 231f. **Dissertação** (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, Salvador.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Governo Dilma: Patamar Rebaixado. In: RUBIM, A. A. C; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Orgs). **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. p.11-31.

SALLES, H. K. de. Conhece-te a ti mesmo: O Discurso da Avaliação em Organizações Sem Fins Lucrativos. 2014. 275p. **Tese** (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, B. de S. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, RAE, São Paulo, v. 37, n.2, p. 18-30, 1997.

SOLÉ, Andreu. **¿Qué es una empresa?** Construcción de un idealtipo transdisciplinario. Paris: Working paper, 2004.

TURINO, C. **Pontos de cultura: O Brasil de baixo para cima**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

TURINO, C. **O desmonte do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma**. Revista Fórum. 7 de julho, 2013. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

TURINO, Célio. **Chamada para o 1º Congresso Latino Americano de Cultura Viva Comunitária**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YsUbmSwSDJs>>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Submetido em 08/05/2020
Aprovado em 01/02/2021